

# Editorial

Com este número, *Cadernos Cenpec* inicia uma nova série, marcada pela reformulação de sua política editorial.

Criada em 2006, a revista teve o importante papel de sistematizar e oferecer à discussão o conhecimento produzido pelo Cenpec e por outras organizações não-governamentais em sua busca de intervenção na realidade social, especialmente para influenciar na garantia, ao conjunto da população brasileira, de direitos culturais e educacionais.

Desde seu primeiro número, a revista procurou realizar um esforço de diálogo entre essa reflexão que se faz na e sobre a ação e a pesquisa científico-acadêmica, em geral baseada no princípio mesmo de ruptura com essa ação. O objetivo da nova série de *Cadernos Cenpec* é estreitar esse diálogo para que tanto o conhecimento produzido na ação educacional e cultural proponha novos desafios à pesquisa, quanto os resultados de investigações científicas possam interpelar princípios, pressupostos e práticas desses projetos de ação na realidade social. *Cadernos Cenpec* propõe, ainda, que esses diferentes modos de agir e conhecer – dos que agem sobre o mundo e sobre ele refletem, quer por meio da pesquisa, quer por meio de projetos educativos ou culturais – sejam publicizados em conjunto, fazendo com que seus leitores possam colocá-los lado a lado como cartas de um baralho que gera distintas e, certamente, imprevistas combinações.

É por essa razão que o periódico se organiza em duas seções principais:

- Ação educacional: crítica & sistematização
- Pesquisas e ensaios

A primeira seção tem por objetivo a publicação de trabalhos que sistematizem de maneira crítica experiências de ação educacional, sejam elas políticas públicas, programas ou práticas educativas, por meio de sua descrição rigorosa, da apresentação de seus princípios orientadores e de sua

avaliação, assegurando o contraponto entre teoria e prática, bem como a indicação de suas condições de realização.

A segunda seção publica resultados de pesquisa e ensaios. No primeiro caso, trata-se de artigos que apresentam resultados de investigações empíricas ou teóricas (concluídas ou em andamento), assim como a revisão crítica e sistemática de bibliografia sobre temas ou problemáticas específicas. No segundo caso, trata-se de textos de caráter opinativo sobre controvérsias atuais ou sobre temas que se queiram debater sob um ponto de vista teórico, sobretudo tendo em vista a proposição de novas abordagens para a pesquisa ou de novos objetos de estudo e investigação. Cabem, assim, a problematização de textos anteriormente publicados, a defesa de determinada posição no meio acadêmico, a construção de problemas teórico-metodológicos, bem como a discussão fundamentada de propostas didáticas, programas ou políticas públicas.

*Cadernos Cenpec* conta ainda com uma terceira e importante seção, por meio da qual, de acordo com orientações de seu Conselho Editorial, busca resgatar, através de entrevistas, a experiência e o pensamento de educadores, gestores e pesquisadores de áreas que cobrem o escopo temático da revista.

Antes da apresentação dos trabalhos publicados neste número, cabe uma palavra justamente sobre o escopo temático de *Cadernos Cenpec*. Trata-se de uma revista voltada para a divulgação e discussão de trabalhos dedicados à compreensão do *fenômeno educacional*. Fenômeno, porém, essencialmente multifacetado, a educação só pode ser abordada de maneira *interdisciplinar*, razão pela qual a interdisciplinaridade é uma característica desejada pelo periódico. Também é almejada pela revista uma estreita articulação entre as áreas da educação e da cultura, vale dizer, de um lado, o estudo e a promoção das práticas culturais, de sua difusão, dos processos sociais, econômicos e cognitivos nela envolvidos e, de outro lado, os processos mais ou menos formalizados de sua transmissão e apropriação. Trata-se de uma opção política feita pela equipe editorial da revista: o conhecimento dessas práticas pode apontar importantes e interessantes formas de renovação da educação escolar, de sua ampliação, de sua articulação com a vida, de seu encompasso com o mundo contemporâneo e as realidades locais e global.

Neste número, a seção *Ação educacional: crítica & sistematização* publica três artigos. No primeiro deles – “Colaboração entre estado e municípios para a alfabetização de crianças na idade certa no Ceará” – Joana Buarque de Gusmão e Vanda Mendes Ribeiro sistematizam, com base numa metodologia

que envolveu a coleta de dados entre diferentes atores envolvidos e a consulta a farta documentação, o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), desenvolvido sob regime de colaboração entre o Estado do Ceará e seus municípios, com apoio do Unicef, com o objetivo de assegurar o domínio inicial da leitura e da escrita a todos os estudantes cearenses ao final do segundo ano do ensino fundamental. As autoras descrevem as principais características do Programa, apresentam seus expressivos resultados, procuram indicar seus desafios atuais e apontar as condições que parecem assegurar seu sucesso. Dentre essas condições, destacam o regime de colaboração entre estados e municípios que, ao que tudo indica, vem possibilitando os importantes saltos nos indicadores de qualidade educacional que pesquisas vêm detectando no Estado, nas últimas décadas.

O segundo artigo da seção discute intervenções da sociedade civil em escolas situadas em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes metrópoles. Para isso, as autoras – Thais Christofe Garrafa e Beatriz Penteado Lomonaco discutem princípios que vêm orientando a ação da Fundação Tide Setubal em São Miguel Paulista, uma subprefeitura do município de São Paulo, situada no extremo de sua Zona Leste. Sob o título de “Contribuições do terceiro setor para o desenvolvimento de uma escola em sintonia com realidade local – a experiência da Fundação Tide Setubal”, o artigo defende que a educação pode ser um poderoso instrumento para a interrupção do ciclo de transmissão intergeracional da pobreza criado pela segregação sócio-espacial e que o empoderamento das escolas públicas que atendem a essa população segregada – sob as condições que detalham as autoras – é uma importante contribuição do chamado “terceiro setor” para essa interrupção.

O último artigo da seção *Ação educacional: crítica & sistematização* intitula-se “Formação de mediadores de leitura: sistematização de duas experiências”. Assinado por Maria Alice Armelin e Maria Cecília Felix de Godoy, o artigo procura sistematizar duas experiências de formação de educadores para a intensificação e a ampliação das práticas de leitura de crianças e adultos, em diferentes instituições – da escola à biblioteca, passando por centros de juventude, associações comunitárias, conjuntos habitacionais, escolas de samba e organizações governamentais. Para isso, as autoras descrevem os dois projetos e sua metodologia, bem como seus fundamentos, destacando ainda os principais desafios que enfrentam em sua realização.

A seção *Pesquisas e ensaios* está organizada, neste número, em torno de cinco artigos. Aquele que a inicia é o extenso trabalho das professoras e pesquisadoras argentinas Mirta Castedo e Mirta Torres, intitulado “Panorama

das teorias de alfabetização na América Latina nas últimas décadas (1980-2010)”. O artigo, baseado numa ampla revisão bibliográfica, faz um balanço analítico das teorias sobre a aquisição e o ensino-aprendizado da língua escrita que orientaram a pesquisa e as práticas (de ensino, de formação de professores, a produção de materiais didáticos e os currículos) em países latino-americanos de língua castelhana. Destacam três principais teorias – a linguagem integral (ou *whole language*), a psicogênese da língua escrita e a consciência fonológica –, buscando analisar os principais pontos que alimentam suas divergências e o retorno – seja entre nós, na América Latina, seja na França e nos países anglo-saxônicos – da “guerra dos métodos”. É, por isso, um trabalho extremamente relevante para o contexto brasileiro, no qual uma revisão do mesmo tipo e fôlego está para ser feita.

O segundo trabalho publicado na seção conduz ao campo da cultura e de suas relações com o fenômeno educativo em seu sentido amplo: trata-se do artigo de Eliane Costa, responsável pela área de projetos culturais da Petrobrás, sobre as políticas do Ministério da Cultura durante o governo Lula (2003-2010) para a promoção da chamada “inclusão digital”. A argumentação, baseada na análise do conjunto das medidas governamentais relacionadas à cultura digital, defende que bem mais que instrumentos de promoção de acesso a equipamentos e ferramentas digitais (que caracterizaria uma política de “inclusão digital” num sentido muito restrito), ela se caracterizou como uma criativa e singular política de incentivo à produção cultural nos próprios paradigmas da nova cultura digital, resultando, por isso, num incremento à diversidade cultural na internet, à ampliação do acesso ao conhecimento e à informação, ao “exercício de direitos culturais”, à articulação entre culturas locais e global, bem como ao “fortalecimento das possibilidades de compartilhamento e diálogo intercultural livre”. A discussão dessas políticas e de seus possíveis impactos parece ser fundamental num momento em que se observa uma atenuação de sua radicalidade e continuidade.

“As contribuições da análise saussuriana às teses desenvolvimentais de Vigotski”, ensaio dos professores Jean-Paul Bronckart e Ecaterina Bulea, da Universidade de Genebra, convida-nos a revisitar a tese do psicólogo soviético sobre a natureza sócio-histórica do psiquismo humano, advinda da interiorização e apropriação da linguagem. Base fundamental das principais correntes que orientam hoje, internacionalmente, o ideário pedagógico, o pensamento de Vigotski – defendem Bronckart e Bulea – deixa numa zona relativamente obscura o “papel das interações na formação do pensamento verbal”, “o estatuto dos signos e das significações”, assim como “o mecanismo

pelo qual o pensamento verbal torna-se sócio-histórico”. Para desenvolver esses pontos, os autores buscam apoio em Saussure, especialmente em escritos ainda pouco explorados seja no Brasil, seja internacionalmente, como seus *Ecrits de linguistique générale*, assim como as notas de um de seus estudantes, E. Constantin.

O quarto artigo, de Ednaceli Abreu Damasceno e Lucíola Licínio de Castro Paixão Santos, professoras, respectivamente, da Universidade Federal do Acre e da Universidade Federal de Minas Gerais, aborda a aparente paradoxal reforma educacional realizada no Acre, durante os mandatos de Jorge Viana e Binho Marques (que é, como se verá mais à frente, nosso entrevistado deste número de *Cadernos Cenpec*). A reforma é aparentemente paradoxal porque, segundo as autoras, conjuga orientações díspares e em geral em disputa no campo educacional: de um lado, aquelas que subordinam a educação, especialmente a pública, ao campo econômico e às necessidades do mercado de trabalho; de outro, aquelas ditas “progressistas” ou “críticas”, voltadas para o desenvolvimento integral do ser humano e comprometidas com a mudança de sua realidade social e política. As autoras defendem, para a resolução da aparente contradição, que ocorreu na concepção e implantação das reformas um processo de “hibridação”, seja porque ideias e propostas são recontextualizadas e transformadas pelas tradições e concepções dos agentes encarregados de concebê-las e de realizá-las, seja porque, no interior delas mesmas, medidas de natureza distintas tendem a se combinar de acordo com uma lógica que, no entanto, precisa ser melhor compreendida. É dessa ideia de mescla que decorre o título do trabalho: “A reforma educacional do Acre: um modelo híbrido”.

O último artigo deste número de *Cadernos Cenpec* apresenta resultados de uma investigação específica desenvolvida no quadro do levantamento e das pesquisas periodicamente realizados pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF): trata-se de um estudo sobre os níveis de alfabetismo de jovens metropolitanos brasileiros e de suas relações com suas aspirações educacionais. Assinado por Vera Masagão Ribeiro, Antônio A. G. Batista e Ana Lima, a pesquisa apreende uma discrepância entre os níveis de alfabetismo medidos pelo teste utilizado na investigação e as auto-avaliações dos jovens: mesmo com baixos níveis de alfabetismo, os jovens não tendem a indicar a experiência, em seu cotidiano, de dificuldades em matéria de leitura em escrita. Com base em declarações dos mesmos jovens sobre suas práticas de leitura e escrita na escola, no trabalho e no lazer, os autores buscam explicações para a ausência de percepção das limitações de suas habilidades. Segundo

os autores, elas decorreriam das poucas exigências que, nessas esferas – da escola, do trabalho, do lazer –, seriam feitas aos jovens tendo em vista usos mais complexos da leitura e da escrita. Apesar disso, também apreendem os autores, os jovens que vivem nas metrópoles possuem fortes aspirações educacionais, relacionadas a formas mais sólidas de inserção no mercado de trabalho. São essas aspirações que – defendem os autores – devem ser levadas em conta no planejamento de programas para a ampliação dos níveis de alfabetismo e das práticas de letramento desse grupo.

A seção *Entrevista* deste número traz a experiência e a visão de um educador que foi professor de História da rede pública do Acre, sindicalista, militante político, coordenador do Projeto Seringueiro, secretário municipal de Educação de Rio Branco, por duas vezes secretário estadual de Educação do Acre e, por fim, governador desse Estado. Binho Marques – que esteve à frente da reforma educacional analisada por Ednacelí Damasceno e Lucíola Santos, no artigo dedicado a esse tema, neste número de *Cadernos Cenpec* – realiza, incitado pela equipe editorial da revista, com a colaboração da jornalista Fabiana Hiromi, um esforço de auto-análise, buscando apreender os princípios, as razões e os motivos que orientaram suas inovadoras e muitas vezes aparentemente paradoxais decisões como secretário de Educação, seja em Rio Branco, seja no Acre, e que fizeram com que esse Estado, que antes apresentava os piores indicadores de qualidade da educação brasileiros, conseguisse avançar expressivamente, suplantando, em muitos aspectos, não apenas médias da região Norte, mas também médias brasileiras. Essa travessia entre uma educação pública com graves problemas para uma educação pública que começa a dar os primeiros sinais de maior qualidade e equidade parece – este é o ponto de vista do editor de *Cadernos Cenpec* – caracterizar uma travessia entre uma educação pública do passado – dos impasses que vivemos a partir da universalização do ensino público nas últimas décadas do século XX – e aquilo que pode ser, que pode se tornar a educação pública do futuro. A experiência de Binho Marques, a clareza com que o direito à educação e ao aprendizado alicerça sua ação, assim como a certeza que evidencia no papel da ampliação do universo cultural na educação dos meninos e meninas – compreendido como um forte diálogo entre as identidades locais com o vasto mundo global – parecem anunciar as tremendas possibilidades que a educação pública pode assumir para nossa transformação e para a transformação da sociedade brasileira.

Iniciar essa nova série de *Cadernos Cenpec*, aberta à submissão de trabalhos e organizada com base na avaliação de pares, não seria uma tarefa fácil se não se contasse com o apoio daqueles que – especialmente os docentes universitários – encaminharam originais de seus trabalhos mesmo sabendo que – ainda não sendo um periódico avaliado pela Capes e estando ainda em processo de indexação – sua publicação não garantiria maior peso em seus relatórios anuais de avaliação. A esses colaboradores da revista, assim como a todos aqueles que auxiliaram na edição da nova série e deste número – pareceristas *ad hoc*, conselheiros, resenhistas, programadores visuais, fotógrafos e bibliotecários (especialmente Ricardo Miranda, bibliotecário-chefe da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais), a Equipe Editorial de *Cadernos Cenpec* apresenta seus mais sinceros e calorosos agradecimentos.

ANTÔNIO AUGUSTO GOMES BATISTA  
EDITOR